



ENCONTRO NACIONAL DE ATIVISTAS LABORAIS

Impulsionar um maior ativismo no movimento laboral
Afirmar o papel central de quem trabalha



LISBOA
25 de Novembro – 10h30

Índice

1. A crise sistêmica e estrutural do capitalismo e a ofensiva contra o/a trabalhador/a.	3
2.O “chão da fábrica” em mudança	4
3. Uma nova agenda de intervenção dos bloquistas nos movimentos laborais, deve afirmar-se a partir das empresas e dos setores.	6

Impulsionar um maior ativismo no movimento laboral ***Afirmar o papel central do/a trabalhador/a***

Um novo protagonismo e afirmação do sujeito laboral é fundamental para a conquista de uma maioria social em Portugal e na afirmação de alternativas.

A intervenção dos bloquistas nos movimentos laborais - sindicatos e CT's - deve afirmar-se a partir das empresas e dos setores.

1. A crise sistêmica e estrutural do capitalismo e a ofensiva contra os/as trabalhadores/as.

A crise económica e financeira que desde 2007 tem assolado o mundo, só tem servido para tentar salvar o sistema económico financeiro, os interesses transnacionais e o 1% dos detentores do capital, a nível mundial. Sendo a riqueza produzida e acumulada, predominantemente, a partir da especulação e no rentismo. A quantidade de capitais financeiros prolonga-se e, em 2014 somava já 197,664 triliões de euros, três vezes mais que o PIB mundial.

A exploração da força de trabalho, a polarização social e a concentração e centralização do capital e da renda são inerentes ao capitalismo, trazendo o desemprego e a precariedade como podemos ver nos dados da OIT 2014; Menos de 45% dos trabalhadores assalariados são contratados a tempo completo e cerca de 6 em cada 10 trabalhadores trabalham a tempo parcial ou temporário (OIT). O desemprego atinge os 201 milhões de trabalhadores (OIT,2014). Estima-se que 1% da população no topo da pirâmide social se aproprie de 50% da riqueza produzida enquanto 75% de pobres dividem, entre si, míseros 3% do valor da produção.

Tem vindo a acentuar-se uma viragem da Europa para a extrema direita que têm afirmado a sua política nacionalista, erguido muros e políticas xenófobas e fascistas, colocou em causa a participação entre as instituições e países dominantes, EUA, União Europeia, China e Rússia que procuravam encontrar saídas para tirar o capitalismo da crise. A maior potência mundial reforça a sua política de guerra e de confronto inter-imperialista como saída da crise do capitalismo, tendo como uma das suas bases a prosperidade da indústria do armamento.

A União Europeia dá sinais de desagregação económica e política. O Brexit veio a acentuar esse caminho, numa U.E. corroída pelas políticas de austeridade, no pântano da crise onde vai crescendo a extrema-direita, na U.E. e no mundo. Estamos a assistir a grandes deslocações sociais, a uma grave crise social e humana, perante a fraqueza e a derrota dos movimentos sociais e as dificuldades de afirmação de alternativas das forças de esquerda, ousando uma política que responda aos problemas reais das trabalhadoras e dos trabalhadores e de largos setores populares.

A financiarização económica e as políticas do «semestre europeu» têm acrescentado crise à crise, aprofundando o dismantelamento do chamado Estado de Bem-Estar Social e das políticas de pleno emprego, as desigualdades e a pobreza, o desemprego e a precariedade, fragilizando o direito do trabalho e as relações sociais de produção, retrocedendo às condições existentes nos primórdios do capitalismo.

As alterações à legislação laboral um pouco por toda a U.E. têm vindo a acentuar a individualização das relações laborais, a precarizar o emprego, a flexibilizar de forma extrema os despedimentos, a fragilizar os mecanismos de negociação coletiva, o direito à greve e o acesso à justiça laboral, suportes dos mecanismos de concorrência desenfreada pela produtividade do trabalho e de extração da mais-valia absoluta e relativa. O movimento organizado do trabalhadores – as centrais sindicais e os sindicatos – tem vindo a perder força e a ter cada vez mais dificuldade de resposta.

2. O “chão da fábrica” em mudança¹

Os anos 90 do século passado marcam um novo salto tecnológico, com a quarta revolução industrial ou da indústria 4.0 – inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autónomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações – potencialmente permitem aprofundar a diminuição do trabalho manual, a maior qualidade de vida e refletem-se também no próprio trabalho intelectual e no acréscimo de valor.

A revolução tecnológica é um processo inevitável. Mas nos marcos do capitalismo ela é transformada em instrumento para aumentar a exploração dos trabalhadores, o que exige uma nova agenda de defesa do emprego e dos direitos do trabalho. Uma medida essencial, nos marcos desta nova realidade, é uma radical redução da jornada de trabalho para as 35 horas/semanais para todos, (no setor público e privado), uma maior e nova proteção dos riscos sociais e uma regulação afirmativa do(s) direito(s) do trabalho.

A reestruturação produtiva tem mudado profundamente as características da classe trabalhadora e suas frações e atinge também estratos de outras classes sociais. Uberiza-se as relações de trabalho,

¹ Os anos 70 e 80 do século passado ficam marcados por duas décadas de grande salto tecnológico, com a automação, a robótica e a microeletrónica que elevam como nunca a produtividade, operando cada vez mais a substituição de *trabalho vivo* por *trabalho morto*, marcando o início da mudança.

de onde emerge um novo precariado e os novos rentistas que obtêm rendimentos pelo não-trabalho com as novas plataformas digitais e a intensificação das formas de sobre-exploração.

A crescente flexibilidade do trabalho global significa uma crescente *transferência de riscos e custos* dos patrões para o Estado e *principalmente para o trabalhador* ao mesmo tempo que se anuncia um desemprego massivo.

O capital global promove a subordinação global do trabalho. Mas ao contrário daqueles que se posicionam pelo *“fim do trabalho”*, ou o fim do trabalho assalariado e a emergência de um novo modelo de trabalho, *“onde a empresa tende a organizar-se não em torno do trabalho assalariado, mas sim em torno dos trabalhadores autónomos. Vive-se assim numa época do pós-emprego, onde os assalariados passam a ser prestadores de serviços”*.

A classe que vive do trabalho (*Ricardo Antunes*) tem vindo a diversificar-se mas continua em crescimento, bem como a sua brutal exploração, o crescimento da produção e da riqueza gerada.

A passagem progressiva dos padrões produtivos *tayloristas* e *fordistas* às formas flexíveis de produção, os novos conceitos de gestão de “empresa flexível” ou da reengenharia vieram acentuar a tendência para a fragmentação da produção nas grandes empresas, com práticas de emagrecimento e de subcontratação, contribuindo para o enfraquecimento e divisão dos coletivos dos trabalhadores.

No conceito de “empresa flexível” a estruturação do emprego alterou-se, fazendo coexistir diferentes regimes de emprego: o “núcleo base” de mão-de-obra mais qualificada; os trabalhadores “periféricos”, com menor qualificação profissional e vínculos precários; e os “externos”, subcontratados segundo as leis do mercado. Atualmente, a produção pode ser realizada em países ou locais diferentes, de acordo com os interesses do capital. A linha de produção é substituída por pequenas e flexíveis unidades produtivas e o uso crescente de novas tecnologias. Essas transformações do trabalho afetam as organizações dos trabalhadores, que ficam mais debilitadas.

A intervenção e a construção de novas solidariedades e lutas exigem o rompimento com os “muros nacionais”, a coordenação europeia e transnacional das políticas e das lutas, em ligação aos movimentos sociais e laborais, a participação plena e democrática a todos os níveis, dos trabalhadores na vida cidadã, nos patamares nacionais, europeus e mundial, contra a ofensiva ideológica neoliberal, em ação e luta, por objetivos comuns como a dignificação do trabalho humano, refundador do pleno emprego e de um modelo social e das funções sociais do Estado, intergeracional e progressivo.

Para alcançar esse objetivo, o combate deve ser frontal contra as imposições das alterações à legislação laboral que afirmam o princípio da flexibilidade, que altera as regras existentes em que tudo pode ser negociado, de setor para setor numa relação direta e individual dos trabalhadores e patronato. É o caso recente do que está a acontecer em França e tem seguidores na Alemanha, em Inglaterra e em Espanha, que a pretexto da criação de mais emprego, destroem o emprego estável e com direitos e encorajam o patronato a precarizar cada vez mais as relações de trabalho.

3. Uma nova agenda política de intervenção nos movimentos laborais - sindicatos e ct's - deve afirmar-se a partir das empresas e dos setores.

A aceleração da difusão das novas tecnologias, assim como a forte concorrência mundial, têm induzido transformações no trabalho, segmentação dos assalariados, questionando mesmo as fontes tradicionais de recrutamento social e laboral.

Portugal está agora a dar os “primeiros passos” na denominada revolução industrial 4.0 e portanto, está em atraso no quadro europeu e mundial.

Com uma economia dependente no quadro da U.E. e mundial, os diversos governos do PS e do PSD/CDS “desfizeram-se” de importantes setores estratégicos, com as privatizações e concessões de empresas (2011-2015) como a EDP, CTT, REN, ANA, TAP, PT/Meo, seguradora fidelidade e caixa seguros, CP carga, EGF, Metro do Porto, etc., por 9,6 mil Milhões€ deixando de arrecadar mais de 300 Milhões€ em dividendos (2013).

Com uma estrutura produtiva bastante débil, pois em 1.181.406 empresas, predominam as microempresas (- 10 trab.) no seio das pequenas e médias empresas (PME) (- 250 trab.), onde trabalham 79% dos trabalhadores enquanto nas grandes empresas somente trabalham 21%. (INE 2015)

Entre 2008/15 a população empregada diminuiu 567,9 mil empregos, e mesmo os empregos criados em 2014 e 2015 são precários (80%) e muito mal pagos, com elevados riscos de pobreza. Entre 2011/15 emigraram 586 mil pessoas. Em termos de desemprego, entre 2008/15 foram destruídos 567,9 mil empregos. (dados do Livro Verde sobre as Relações Laborais).

Embora “o desemprego em sentido restrito (o oficial das estatísticas) tenha tido um recuo notável (com o movimento em aceleração desde meados de 2015), não é menos verdade que tal foi acompanhado de uma contínua emigração (com particular incidência nos jovens qualificados) e o emprego entretanto criado é mal pago e altamente precário, centrando-se em profissões com fracas exigências de qualificação (call centers, comércio, restauração e hotelaria), e pressionando em baixa os salários e as condições de trabalho oferecidas.

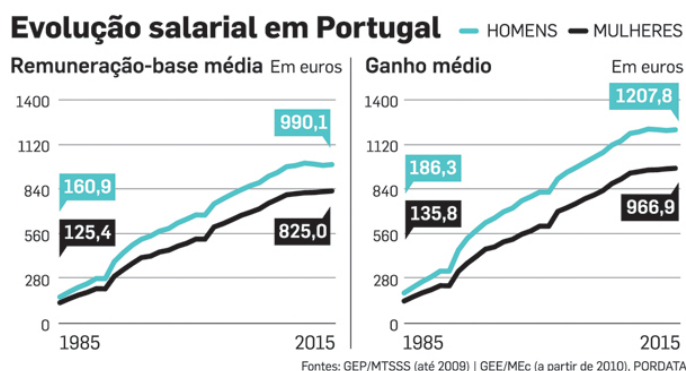
Agrava-se, contudo, o desemprego de longa e muito longa duração, independentemente dos níveis de qualificação da mão-de-obra, e no caso específico das pessoas desempregadas com idades superiores aos 40 anos a situação é dramática, com a grande maioria sem apoios da Segurança Social e sem perspectivas de obtenção de um novo emprego. ” (do GT dos Desempregados – Combater o Desemprego – Por uma agenda de intervenção).

Nos dados anteriores não estão contempladas as questões de género, que importa de seguida aprofundar. E começamos por nos referirmos ao facto de as mulheres e os homens, que assumem responsabilidades parentais serem mais penalizados nas suas remunerações e na progressão profissional.² Apesar de haver uma preocupação e orientações do Estado, as empresas e a organização em geral dos setores laborais, precisam de ter tempos para que homens e mulheres consigam fazer uma melhor conciliação entre trabalho e família ou lazer, sem serem penalizados/

² Principalmente ainda as mulheres que assumem o papel de cuidadoras

as. Outra questão, é o facto de existir um diferencial salarial, em desfavor das mulheres, e este ser proporcional ao nível de escolarização e de qualificação. As mulheres com escolaridade mais baixa têm uma taxa de desemprego inferior à dos homens; mas as mulheres com taxa de escolaridade mais alta têm uma taxa de desemprego superior. As desigualdades de género em relação aos salários é atualmente, de 17% inferior à dos homens,³ o dobro do que era em 2007, as mulheres continuam a ser as mais prejudicadas, calculando-se que para conseguirem igual salário médio, dos homens, as mulheres teriam de trabalhar mais 61 dias por ano.

“O fosso salarial entre géneros agrava-se ainda mais quando, além do salário, se tem, por exemplo, em conta o tempo dedicado ao longo da vida ativa ao trabalho remunerado. No caso de Portugal, essa medida, designada de "disparidade salarial global" passa para 26,5 % em Portugal, valor que fica de novo aquém da média europeia, de 39,8 %.” (Comissão Europeia)



As mulheres continuam excessivamente penalizadas na conciliação das várias esferas da vida, uma vez que, lhes continua a competir, a responsabilidade das tarefas domésticas e do cuidar, (crianças, jovens e outros dependentes,) para além do que foi enumerado, têm ainda, tarefa de gestão familiar. O resultado é; esforço, desgaste físico e psicológico, incapacidade para usufruir de tempos de lazer de participação cívica e cidadã e por conseguinte, para as mulheres situadas nos patamares inferiores de rendimentos, não deixa de ser uma violação dos princípios da igualdade de oportunidades.

O medo, a inquietude e a insegurança quanto ao futuro, predominam na parte mais fraca, o trabalhador, perante a ferocidade do capital global, pela competitividade e o lucro e, da extrema extração da mais-valia absoluta e relativa dos trabalhadores.

Ao longo do séc. XX e do início do séc. XXI, o movimento sindical baseou toda a sua ação e poder de organização nos contratos de trabalho assalariados, tendo dificuldades em envolver os fenómenos da precariedade e do desemprego na sua atividade.

A codificação do trabalho e a tendência para a individualização das relações laborais contra os direitos coletivos e o ataque ao acesso à justiça e ao direito à greve, uma violenta rotatividade emprego/desemprego/precariedade e baixos salários, marcam uma relação de forças na empresa e na sociedade, desfavorável ao trabalho. Impõe-se a exigência de alterar as normas em vigor

³ Se considerarmos subsídios, prémios e pagamentos por horas extraordinárias, essa disparidade é ainda maior: de -20%, ou seja, as mulheres recebem menos 1/5 do salário dos homens, sendo esta diferença mais acentuada nos quadros superiores e nos altamente qualificados

introduzidas pela Lei nº. 23/2012, que reduziram direitos fundamentais dos trabalhadores, como os critérios do despedimento por extinção do posto de trabalho que importa revogar.

Existem hoje em Portugal 4.760,4 milhões de trabalhadores empregados (destes quase 1,3 Milhões são precários), onde as suas organizações representativas contam com **300 sindicatos em 377 organizações sindicais; e 191 Comissões de Trabalhadores (CT's) e 4 Comissões Coordenadoras de CT's**; (*Livro Verde sobre relações laborais*) Claramente, o número de organizações representativas e de sindicalizados diminuíram, espelhando bem a relação de forças a favor do capital que foram desenvolvidas pelas forças do grande centro/direita político (PS, PSD e CDS) ao longo dos anos.

As lutas em curso, com particular ênfase para a situação na PT/Meo, com alterações na estratégia e na organização (flexível) e no objeto da empresa, com uma gestão agressiva por parte da Administração, de ofensiva em curso contra os trabalhadores (assédio, falsa transmissão de estabelecimento/despedimentos), marca uma alteração qualitativa na ofensiva da transnacional - Altice – contra o trabalho e a sua frágil legislação laboral, e das suas organizações. A intervenção do BE junto dos trabalhadores, no parlamento e na rua, foi/e está a ser de grande importância para denunciar toda uma estratégia que para o capital transnacional pode marcar em Portugal “um novo salto qualitativo” na ofensiva contra o trabalho.

. Na Autoeuropa, onde a Administração com a introdução do novo carro, procura implantar uma nova organização de trabalho com turnos rotativos, com trabalho ao sábado, maximizando a produção, intensificando os ritmos de trabalho, a exploração laboral e a rentabilidade do seu novo produto. Os trabalhadores chumbaram o pré-acordo celebrado e a CT demitiu-se, uma greve foi desenvolvida paralisando a produção, abriu-se espaço para a intervenção do sindicato (Lista C que manteve os seus 3 mandatos que detinha anteriormente) e de trabalhadores que se organizaram (e já tinham contestado maioritariamente os acordos da CT no decorrer das negociações salariais do ano passado) e venceram agora as eleições para a CT (listas E e D). Uma nova direção dos trabalhadores, emergiu.

Impunha-se uma alteração “radical” no olhar sobre a empresa, novas propostas dos e para os trabalhadores. Essa era uma nova exigência que se nos estava colocada. É preciso agora (re)começar de novo.

. Estivemos também intervenientes nos CTT e na petição para a reversão da sua privatização, na luta dos Call Center, EDP, Valorsul, Águas do Atlântico, EMEF, CGD, Efacec, IPSS's, entre noutras, colocando-se a necessidade de partirmos da intervenção política para as empresas, bem como nos sindicatos e nas CT's, reforçando a nossa implantação e afirmação nas empresas e setores.

. Lutámos e continuaremos a lutar pela dignificação do trabalho noturno e trabalho por turnos e atenuar os elevados custos para a sua vida social, familiar e para a sua saúde, batendo-nos igualmente pela antecipação da idade legal de reforma sem penalização; continuando, também, as sessões com os/as trabalhadores/as que tão importante foram para ouvir os seus anseios e aspirações na definição das nossas propostas no parlamento;

A intervenção dos militantes bloquistas nos movimentos sociais e laborais, é determinante na afirmação de alternativas políticas junto dos trabalhadores.

Lutamos pela criação de melhores condições de intervenção e debate onde a luta de classes é mais aguda, urge refletir numa nova agenda política/sindical que deve afirmar-se a partir das empresas e dos setores, ouvindo os trabalhadores/as planificando conjuntamente ações de luta, pelo que reiteramos:

- A necessidade e a capacidade de articulação entre a Coordenadora Nacional de Trabalho (CNT) com o Grupo Parlamentar e Comissão Política. Reforçando de forma ativa e consequente os grupos de trabalho distritais/locais/regionais que se queiram organizar para trabalho político laboral.

- A necessidade de criar laços e organização de proximidade nos locais de trabalho. Formar núcleos, nas empresas e setores, para uma maior intervenção e debate político criando alternativas que pugnem pela sindicalização de todos/as os/as trabalhadores/as.

- A articulação com o Departamento Internacional do BE a interligação com o TUNE e da rede de Sindicalistas do Partido da Esquerda Europeia.

- A necessidade de aprofundar os laços de luta dos movimentos sindicais e sociais como o caminho nacional e europeu para um sindicalismo combativo e de massas. Combatendo a individualização e precarização das relações de trabalho, de valorização do *sindicalismo de resultados*, de concertação e de concessão ao neoliberalismo, enquadrado na “cultura de empresa” onde *colaboradores* e administradores pugnam pelo mesmo objetivo: a competitividade e o lucro

- . A defesa de uma participação ativa, representativa e democrática na CGTP-IN, reforçando a participação e decisão dos/as trabalhadores/as. Aprofundando a democracia e representatividade, pugnando no seu seio por estatutos democráticos, abertos à participação plural de tod@s trabalhador@s, a todos os níveis e que respeitem o exercício do direito de tendência. Defendemos a eleição proporcional em todas as eleições sindicais, num processo inverso ao que atualmente se verifica. É preciso dar poder de decisão à maioria dos trabalhadores, incluindo os precários e os desempregados. Só os trabalhadores são donos dos sindicatos.

- . Defendemos a criação de uma corrente sindical ampla, onde os aderentes do BE participem em articulações mais amplas.

- . Disputaremos ativamente as eleições para delegados sindicais ao nível da empresa e, ao mesmo tempo, procuraremos concorrer às eleições para as CT's e aos corpos gerentes dos sindicatos - apresentando listas amplas, desenvolvendo em rede, ações articuladas entre CT's que possibilitem uma resposta conjunta, como a realização de plenários simultâneos para discussão de problemas comuns e debates sobre a resposta dos trabalhadores às novas realidades nas empresas e setores.

- . Existe uma necessidade de mais e melhor informação laboral vindo dos locais de trabalho e para os locais de trabalho. Terá que haver uma boa articulação entre os núcleos, os Grupos de Trabalho Distritais e a CNT, no sentido de elaborar a informação atempada para intervir junto dos trabalhadores e trabalhadoras de empresas ou sectores de atividade e fazer a sua publicação através das várias plataformas existentes, por exemplo, e-mail, facebook, esquerda.net, entre outras.

. Continuaremos a apoiar o desenvolvimento do Grupo de Trabalho dos Desempregados e pela visibilidade da sua luta de inserção na vida ativa e pelo pleno emprego.

. Continuaremos a lutar por “Destroikar as relações laborais”, revendo o código de trabalho no sentido de:

- Combater a todas as formas de precariedade (no público e no privado);
- Incrementar e dinamizar a contratação coletiva, pelo fim da caducidade das convenções coletivas;
- A reposição do princípio do tratamento mais favorável;
- Combater os despedimentos flexi, coletivos e individuais, repondo a segurança no emprego e por indemnizações desincentivadoras dos despedimentos;
- Pelas 35 horas/semanais para todos e todas, sem redução de salários;

Lisboa, 25 de novembro de 2017

